

The background of the page is a map of Brazil, showing the outlines of its states and Federal District. The map is rendered in a light yellow color, with the state boundaries highlighted in a slightly darker shade of yellow. The text is overlaid on this map.

GUIA PARA A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO LOCAL DE LEITURA

Ministério da Cultura
Ministério da Coesão Territorial
Ministério da Educação
Ministério do Ensino Superior



[Plano Nacional de Leitura \(PNL2027\)](#)

Comissárias: Regina Duarte e Andreia Brites

[Plano Nacional de Leitura \(pnl2027.gov.pt\)](http://pnl2027.gov.pt)

[Coordenação dos Planos Locais de Leitura no PNL2027:](#)

Natália Ricardo

natalia.b.ricardo@pnl2027.gov.pt

Olga Cândido

olga.candido@pnl2027.govpt

Índice

1. INTRODUÇÃO	2
2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	3
3. METAS A ALCANÇAR	3
4. DESENVOLVIMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO	3
4.1. Planeamento	4
4.1.1 Criação de um Grupo de trabalho (GT)	4
4.1.2. Diagnóstico	4
4.1.3. Desenho do plano de intervenção	6
4.1.4. Estabelecimento de parcerias	7
4.1.5. Gestão de recursos	8
4.2. Comunicação	9
4.3. Continuidade	10
5. IMPLEMENTAÇÃO DE UMA REDE DE PLANOS LOCAIS DE LEITURA	11
6. APOIO DO PLANO NACIONAL DE LEITURA	12
7. PERGUNTAS FREQUENTES	13

Planos Locais de Leitura

GUIA PARA A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO LOCAL DE LEITURA

1. INTRODUÇÃO

Os Planos Locais de Leitura (PLL) dão forma às políticas públicas de leitura nos territórios. São operacionalizados pelos municípios, com o apoio estratégico do Plano Nacional de Leitura (PNL) ao nível do diagnóstico, implementação, monitorização e avaliação.

O Plano Local de Leitura:

- É alinhado com a perspetiva nacional para a promoção da leitura e o desenvolvimento dos níveis de literacia, protagonizada pelo PNL, assumindo-se como uma das ações estratégicas desta entidade com as comunidades locais;
- É uma iniciativa do município, liderado conjuntamente e em todas as suas etapas pelas áreas da Educação e da Cultura, contando com a ampla participação da sociedade civil e do setor empresarial, social e cultural (público e privado) na elaboração das suas diretrizes e metas;
- Incentiva os municípios a incrementarem e sistematizarem uma política integrada de desenvolvimento da competência da literacia e de promoção da leitura, enquanto instrumento estratégico e operacional a nível local;
- Constitui-se como uma poderosa forma de intervenção social, educacional, cultural e cívica, no sentido de garantir o desenvolvimento equilibrado e uma consequente coesão territorial.

Uma das principais virtudes do Plano Local de Leitura é a sua capacidade de construir e consolidar políticas públicas que, enquanto promovem uma ampla mobilização social, também repartem responsabilidades e articulam ações empreendidas pelos diferentes setores da sociedade, o que permite fomentar os recursos públicos e privados existentes.

Este *Guia para a Elaboração e Implementação de um Plano Local de Leitura* pretende sistematizar conhecimento e orientar a elaboração, desenvolvimento e monitorização de um Plano Local de Leitura. Parte do conhecimento já existente no terreno e na investigação e sugere etapas e ferramentas concretas que poderão tornar os planos mais eficazes.

É importante salientar que este Guia, sendo orientador, não se configura como regra ou norma, pois cada contexto determina adequações que são o que caracteriza projetos construídos a partir das realidades locais.

2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Melhorar as competências de literacia da população.
- Contribuir para aumentar hábitos de leitura.
- Potenciar, rentabilizar e expandir os recursos, capacidades e ações existentes.
- Agregar as diferentes instituições e parceiros da comunidade.
- Destacar as iniciativas locais pela sua adequação e resultados.
- Dar visibilidade e conferir maior projeção aos PLL no mapa geral do país, fomentando a partilha de boas práticas.

3. METAS A ALCANÇAR

- Melhoria dos resultados escolares nas competências de leitura, escrita e oralidade
- Redução dos níveis de insucesso e abandono escolares.
- Aumento da proficiência e dos índices leitores da população contra a pobreza e a exclusão social.
- Recurso alargado ao livro e às tecnologias como meios basilares de formação e de enriquecimento individual e coletivo.
- Melhoria dos níveis de literacia mediática, como forma de dotar os cidadãos de capacidades de acesso, de análise crítica e de compreensão dos media e dos ambientes digitais.

4. DESENVOLVIMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO

Na conceção, elaboração, execução e monitorização/avaliação do Plano Local de Leitura deverão ser tidas em conta as seguintes etapas:

1. identificar e convocar as lideranças administrativas e locais para que participem do diagnóstico; estabeleçam as bases operacionais do Plano em cada comunidade; e participem, mais tarde, na monitorização e avaliação dos seus resultados;
2. mapear as iniciativas de promoção da leitura que já tenham sido realizadas ou estejam atualmente a acontecer no município;
3. realizar um diagnóstico da situação existente na área da leitura de forma a orientar a elaboração do Plano e a definição de políticas, metas e ações.

4.1. PLANEAMENTO

4.1.1. Criação de um Grupo de Trabalho (GT)

A gestão participativa do Plano Local de Leitura exige a identificação e convocatória de todas as instituições e lideranças interessadas em políticas e práticas sociais da leitura na comunidade. É fundamental motivar à sua participação através da comunicação clara dos objetivos a alcançar e do apelo à discussão pública. Deverá ser promovida a transparência pela comunicação de resultados, metas a alcançar, parceiros envolvidos e responsabilidade de cada nos resultados finais.

O que é?

O Grupo de Trabalho (GT) é uma estrutura composta por pessoas e instituições dispostas a pensar, debater e instituir o Plano Local de Leitura em cada município.

Recomenda-se:

- Os membros desse GT poderão ser dirigentes das áreas da Educação e da Cultura do município, profissionais e utilizadores das Bibliotecas, parceiros locais ligados ao livro e à leitura (escritores, editores, jornalistas, etc.), representantes das instituições (associações, clubes, ensino superior, etc.) e das entidades locais públicas e privadas, entre outros membros do setor da sociedade que o município considerar importante convidar para o GT;
- Definir as atribuições do GT que podem ser: elaborar o plano de trabalho do grupo; estabelecer uma agenda de debates públicos sobre o plano; sistematizar as contribuições recolhidas nos processos de debate público;
- O Plano Local de Leitura deverá espelhar a recolha das inúmeras experiências, vivências e conceitos das diversas pessoas e entidades envolvidas no GT e nas questões da promoção da leitura e do desenvolvimento das literacias;
- Definir, previamente ao primeiro encontro do GT, quais os objetivos e as metas gerais para a elaboração do Plano Local de Leitura, deixando claro que estes serão apenas um ponto de partida uma vez que as metas mais concretas serão definidas em função do diagnóstico elaborado pelo GT.

4.1.2. Diagnóstico

É fundamental que o Plano Local de Leitura seja, desde o início da sua conceção, baseado em dados e informações, pelo que é recomendável realizar estudos e pesquisas que ajudem a definir metas e fundamentar as decisões para o Plano. Dispor de números e análises ajuda a minimizar os riscos de cometer equívocos e, ainda, a fazer novas leituras sobre a realidade local, contribuindo para que as decisões sobre o Plano não sejam tomadas com base em impressões parciais e/ou subjetivas do cenário local.

O que é?

O diagnóstico permite o levantamento, análise e sistematização dos dados sobre a situação da leitura no município. Estas informações permitirão identificar as principais dificuldades e potencialidades do município para promover o acesso aos livros e à leitura e servirão de base para orientar a elaboração do Plano Local de Leitura e a definição de políticas, metas e ações.

As informações que servirão de base para o diagnóstico podem ser de tipo quantitativo, como, por exemplo:

- indicadores socioeconómicos e de bens culturais do município;
- pesquisa sobre consumo de livros pela população;
- pesquisa sobre o comportamento leitor da população;
- indicadores de analfabetismo e escolaridade (número de matrículas, desempenho, abandono escolar, retenções, etc.);
- número e situação das bibliotecas públicas (municipais, comunitárias, escolares, temáticas, universitárias, etc.);
- número de livrarias existentes no município;
- número de entidades da sociedade civil que realizam atividades relacionadas com o livro e a leitura.

Ou podem ainda ser de tipo qualitativo, como, por exemplo:

- perfil cultural do município;
- entrevistas com leitores e não leitores para conhecer as suas motivações, preferências, práticas e hábitos de consumo;
- estudos de caso já realizados por outros processos ou instituições que tenham alguma relação com o tema, na localidade;
- levantamento das práticas e hábitos de leitura dos frequentadores de bibliotecas, pontos de difusão da leitura, escolas, livrarias etc.;
- levantamento sobre os modos de ler na comunidade e nos diversos espaços existentes e considerando os variados suportes, desde livros, jornais, revistas e até os livros digitais, em *Braille*, audiolivros e a leitura de textos na internet.

Recomenda-se:

- Recolher o maior número possível de dados sobre hábitos de leitura e níveis de literacia da população e identificar necessidades de leitura e recursos por zonas e setores da população;
- Mapear as ações a decorrer que possam ser integradas e/ou adaptadas no Plano Local de Leitura;
- Identificar os recursos que existem no terreno e/ou os necessários;
- Solicitar aos parceiros a disponibilização de dados e pesquisas relacionados com a sua atividade económica e social de modo a inventariar possíveis parcerias;

- Envolver as universidades e/ou especialistas em livro e leitura na realização do diagnóstico (recolha e tratamento de dados);
- Em função da análise dos dados, decidir ações do Plano Local de Leitura que respondam a necessidades e potencial identificados.

4.1.3. Desenho do plano de intervenção

O que é?

O desenho do plano de intervenção parte do diagnóstico efetuado e obriga à identificação dos objetivos e metas a atingir, das áreas de intervenção e respetivos destinatários, do cronograma das ações e formas de monitorização e avaliação, bem como dos recursos necessários e das parcerias envolvidas.

Recomenda-se:

1. Definição dos **objetivos** a atingir:
 - A partir do diagnóstico efetuado ao cenário atual, o estabelecimento de objetivos diz respeito às características que se pretende alcançar no cenário futuro.
2. Criação de **metas e indicadores**:
 - Definição clara e detalhada do que se pretende alcançar e em que prazo deve acontecer (é conveniente que os indicadores possam ser mensuráveis quantitativa e qualitativamente);
 - Elaboração de um plano de monitorização/avaliação do cumprimento de metas e de execução dos programas e ações em curso, de forma a monitorizar e verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo acertos e atualizações no processo;
 - Considerando o diagnóstico, estabelecimento de quantidades de bens e serviços que possam assegurar o cumprimento dos objetivos específicos;

Exemplo:

 - Meta 1.1: média de 20 livros por família de baixo rendimento distribuídos em 5 anos.
 - Indicador 1.1: x livros distribuídos/habitante/ano.

 - Divulgação periódica dos resultados da execução do programa e das ações do Plano Local de Leitura, aos parceiros e à comunidade.
3. Identificação das **áreas de intervenção**:
 - Identificação das prioridades de intervenção, a partir do diagnóstico e da identificação da realidade local, das principais dificuldades e das potencialidades do município.

4. Definição do **público-alvo**:

- Identificação dos destinatários das ações e/ou áreas de intervenção.

5. Elaboração do **plano de ação**:

- As ações são as intervenções efetivas realizadas por uma entidade determinada (município, biblioteca, escola, associação, pessoa individual, etc.) mensuráveis no tempo e identificáveis no contexto, que concorrem para que os objetivos do Plano Local de Leitura sejam alcançados;
- A elaboração do plano de ação exige a identificação de um responsável, a elaboração de um cronograma (com visão de curto, médio e longo prazo), bem como a definição de um sistema de acompanhamento e de monitorização das ações desenvolvidas.

Matriz básica para planeamento das ações:

A título de exemplo, apresentamos um exemplo de matriz para planeamento das ações com identificação de objetivos, metas e ações, bem como o respetivo responsável e prazo para a realização da ação.

Objetivo estratégico	Meta	Ação	Responsável	Prazo

4.1.4. Estabelecimento de parcerias

É importante estabelecer compromissos com o maior número possível de pessoas e entidades relacionadas com o livro e à leitura no município para realização de ações conjuntas e também para uma gestão participativa do Plano. A articulação é fundamental para assegurar uma boa execução do Plano Local de Leitura, evitando dispersão de esforços e, ainda, otimizando os recursos, ao permitir maior abrangência do mesmo e um número maior de beneficiados.

O que é?

Potenciais parceiros de Planos Locais de Leitura poderão ser pessoas, grupos e/ou entidades, tais como: movimentos sociais, entidades patronais, consórcios intermunicipais, associações culturais/desportivas, bibliotecas, representantes da administração pública municipal da educação, cultura, inclusão, meio ambiente, cidadania, participação social, turismo e desenvolvimento, escritores, jornalistas, comunidade educativa, editoras, organizadores de feiras, festivais literários e clubes de leitura/livros, artistas, entre outros.

Recomenda-se:

- Eleger ou nomear um responsável do Plano Local de Leitura que seja capaz de estabelecer alianças e o efetivo envolvimento do maior número possível de parceiros. Pode ajudar se esse elemento seja reconhecido pela comunidade;
- Definir indicadores de qualidade e quantidade para a articulação. Ou seja, indicadores que demonstrem não só o número de pessoas e entidades envolvidas, mas também o impacto que exerce sobre a comunidade o facto de estarem a refletir e conceber em conjunto;
- Elaborar um sistema de comunicação entre os interlocutores do Plano, como fórum, encontros e outras ações, de modo a garantir o envolvimento permanente com as ações do Plano;
- Comunicar regularmente desenvolvimentos, conclusões de etapas, apresentações públicas, entre outros, de forma a manter todos os parceiros informados e envolvidos.

4.1.5. Gestão de recursos

O Plano Local de Leitura precisa de uma ação coordenada e planeada dos recursos humanos, materiais e financeiros existentes, sem o qual poderá fracassar.

O que é?

A gestão de recursos envolve o conjunto de estratégias necessárias para tornar o Plano exequível e viável a curto, médio e longo prazos.

Recomenda-se:

- Estruturar em função de uma ação coordenada e planeada dos recursos humanos, materiais e financeiros existentes;
- Relacionar, para cada ação, a necessidade de recursos humanos, materiais e financeiros;
- Definir o investimento financeiro, humano e material que cada parceiro pode disponibilizar ao longo do tempo e estabelecer as responsabilidades e tarefas específicas de cada na execução das ações do plano;
- Identificar e procurar outras fontes de financiamento existentes a nível municipal, regional (CIM/AM), nacional e internacional (através de fundos europeus) e na sociedade civil.

Estratégias para financiamento:

- Criar uma comissão de parceiros comprometidos com a execução financeira do Plano;
- Estabelecer, no âmbito da comissão, estratégias de levantamento de recursos que envolvam, de alguma forma, vários interessados;
- Dar visibilidade às marcas dos patrocinadores do Plano Local de Leitura nos materiais promocionais e nas informações divulgadas à imprensa. Criar outras maneiras de reconhecer esse apoio: entrega de selos, certificados e/ou distintivos, atos públicos de reconhecimento dos parceiros, permissão para uso da marca do Plano Local de Leitura no material institucional dos parceiros, inclusão da marca dos parceiros em ferramentas de comunicação do município, etc.

4.2. COMUNICAÇÃO

É fundamental que em todas as fases do Plano Local de Leitura – da elaboração à execução propriamente dita – as ações desenvolvidas sejam amplamente divulgadas. Tão importante quanto a qualidade das ações previstas no Plano é o facto de que todos os atores sociais, em particular, e a comunidade como um todo, sejam suficientemente informados. Tal contribuirá tanto para uma maior perceção sobre a importância da leitura na comunidade, como permitirá maior acompanhamento, participação, novas adesões e também maior apoio político e institucional para o Plano Local de Leitura.

O que é?

O plano de comunicação, coincidente com as várias etapas do Plano Local de Leitura, contribui para o desenvolvimento de uma maior consciência sobre o valor social do livro e da leitura na comunidade, permitindo divulgar e promover a participação e envolvimento dos munícipes nas ações em desenvolvimento.

Recomenda-se:

- Pensar em estratégias específicas de divulgação das etapas e das ações do Plano Local de Leitura;
- Informar as instituições e entidades envolvidas no GT e também estimular o envolvimento de todos os que se interessam pelas questões do livro e da leitura (professores, bibliotecários, jornalistas, escritores, empresários, etc.);
- Integrar a divulgação das ações nos meios de comunicação dos parceiros do plano, bem como os meios de comunicação do município;
- Estruturar uma campanha de esclarecimento sobre as linhas gerais e de divulgação das ações do Plano Local de Leitura dirigida à população em geral e, ao mesmo tempo, realizar ações direcionadas a públicos específicos. Essas ações devem envolver os meios de comunicação social, rádio, televisão e material gráfico para divulgação pública, como cartazes, *outdoor*, *busdoor* etc.

- Elaborar um sistema de comunicação entre os interlocutores do Plano, como boletins, encontros e outras ações, de modo a garantir o envolvimento permanente com as ações do Plano;
- Estabelecer rotinas de comunicação dos resultados alcançados.

4.3. CONTINUIDADE

Um dos aspetos mais relevantes e mais difíceis de alcançar num Plano Local de Leitura é sua continuidade no tempo para além dos mandatos dos governantes que se empenham na sua implementação.

O que é?

A garantia da continuidade no tempo e no espaço do Plano Local de Leitura motiva os atores envolvidos, assegura o comprometimento da população beneficiada, a confiança desta população nesse tipo de ação de longo prazo e evita o desperdício ou subutilização de recursos financeiros e humanos.

Recomenda-se:

- Envolver o público beneficiário das ações do Plano Local de Leitura na sua formulação, execução, avaliação das suas etapas e até mesmo, quando possível, no seu financiamento. A participação efetiva da sociedade é o que pode garantir que esta defenda a permanência do Plano Local de Leitura para além dos mandatos dos governantes;
- Conquistar novos leitores para assegurar a continuidade efetiva do Plano Local de Leitura. Uma pessoa que desperta para a prática da leitura é a melhor defesa que o Plano Local de Leitura pode ter;
- Manter informadas todas as autoridades sobre os avanços do Plano Local de Leitura, ampliando o grau de comprometimento com o Plano por parte das diversas lideranças políticas, lideranças sociais, formadores de opinião etc.;
- Articular, em torno do Plano Local de Leitura, o envolvimento de autoridades governamentais, sociais e empresariais, ampliando o espectro dos patrocinadores do mesmo.

5. IMPLEMENTAÇÃO DE UMA REDE DE PLANOS LOCAIS DE LEITURA

Com o objetivo de fortalecer os Planos Locais de Leitura existentes e incentivar o desenvolvimento de novos em territórios onde ainda não existam, foi projetada a constituição de uma Rede de Planos Locais de Leitura (Rede PLL).

O que é?

A rede é constituída pelos responsáveis por cada Plano Local de Leitura, de acordo com uma definição regional. Trata-se de um espaço de acompanhamento e de partilha, discussão e redefinição de novas abordagens e estratégias que permitam, de forma mais eficaz, implementar os Planos Locais de leitura.

Recomenda-se:

- Selecionar e partilhar ações que se destacam pelo seu significativo impacto junto da população, salientando aspetos fortes como por exemplo: adesão dos destinatários das ações; superação dos objetivos específicos e das metas; diversificação de públicos-alvo; variedade e eficácia das fontes de financiamento; adequada utilização dos recursos humanos, financeiros, materiais; entre outros aspetos considerados positivos;
- Apresentar ações que, apesar de bem planeadas, não produziram os efeitos espectáveis: verificar o que falhou e levantar alternativas;
- No sentido de capitalizar as experiências, os recursos e as soluções partilhadas na rede, analisar a possibilidade de aplicação ao seu contexto de novas abordagens e estratégias testadas por outros municípios;
- Em cada grupo de Planos Locais de Leitura será convidado um município que terá a função de mentoria da equipa de trabalho;
- O elemento responsável pelo Plano Local de Leitura do município mentor será nomeado como o líder de equipa e terá como atribuições: calendarizar as reuniões, definir a periodicidade dos encontros, zelar pelo cumprimento da planificação e do cronograma das ações definidas pelo grupo de trabalho, no âmbito do acompanhamento e da partilha de práticas;
- O município mentor e o respetivo líder de equipa será escolhido por um ano e de forma rotativa;
- Cada equipa de trabalho da Rede de PLL deverá estabelecer, num primeiro momento, um cronograma com identificação de ações/reuniões/encontros.
- O Plano Nacional de Leitura irá promover, anualmente, um encontro com os municípios mentores, assim como outras reuniões com os municípios, individualmente;
- Para agilizar a comunicação entre elementos das equipas da Rede PLL, o PNL irá criar um fórum virtual de partilha de experiências, abordagens e estratégias, bem como para o levantamento e esclarecimento de dúvidas.

6. APOIO DO PLANO NACIONAL DE LEITURA

Para além do apoio à Rede de PLL, o Plano Nacional de Leitura, promove:

- Divulgação de outros projetos do PNL passíveis de integração no PLL;
- Candidaturas ao [Laboratório PNL \(LAB PNL\)](#) - espaço de incubação, de testagem e melhoramento de intervenções especializadas em leitura para apoio no desenho de PLL nas suas várias fases de desenvolvimento (diagnóstico, operacionalização, monitorização e/ou avaliação);
- O LAB PNL oferece capacitação, reflexão e ferramentas, através dos seguintes recursos:
 - Informação sobre projetos realizados noutros territórios e que podem ser adaptados;
 - Formação especializada;
 - Plataforma digital disponibilizada pelo PNL;
 - Kits informativos para desenvolvimento de projetos de leitura, destinados a famílias, empresas, associações (ex: como realizar clubes de leitura; como implementar estratégias simples de leitura em família; sugestões de leitura para públicos diversos, etc. ...);
 - Bolsas de mediadores de leitura;
 - Artigos científicos.

7. Perguntas Frequentes

Principais perguntas e repostas sobre o Plano Local de leitura (PLL)

O que é o Plano Local de Leitura?

O Plano Local de Leitura (PLL) é uma intervenção estratégica que inclui projetos, programas, atividades e eventos no âmbito da leitura e das literacias, em desenvolvimento em determinado município ou comunidade intermunicipal ou área metropolitana.

Qual é a finalidade de criar um PLL?

O PLL tem como finalidade assegurar a promoção da leitura e o aumento dos níveis de literacia, como fatores relevantes para o desenvolvimento de uma cidadania consciente e interventiva.

Quais as vantagens de elaborar um PLL?

As reflexões para a criação do PLL servirão de base para conhecer as necessidades da sociedade atual, as dificuldades no âmbito da leitura em cada município ou CIM/AM, assim como para direcionar o seu investimento com base em diagnósticos prévios e em metas concretas de desenvolvimento dos indicadores de leitura e dos níveis de literacia da população local.

Qual deve ser o conteúdo do PLL?

O Plano Local de Leitura é constituído por um acordo de parceria assinado entre o Plano Nacional de Leitura e o município, em que constam obrigações e deveres de cada parte. O Plano Local de Leitura é consubstanciado num plano de ação, com cronograma, que acompanha o acordo de parceria.

Quem pode participar das discussões para criação do PLL?

Dirigentes das áreas da Educação e da Cultura do município, profissionais e utilizadores das Bibliotecas, parceiros locais ligados ao livro e à leitura (escritores, editores, jornalistas, etc.), representantes das instituições (associações, clubes, ensino superior, etc.) e das entidades locais públicas e privadas, etc., isto é, toda a sociedade civil e pessoas interessadas nos temas da leitura e da literacia.

Tenho de criar uma instituição específica para ter o meu PLL?

Não necessariamente. O município, CIM/AM pode usar a infraestrutura própria, secretarias (departamentos) de Educação e Cultura, Inclusão e outros organismos afins, mas seria fundamental uma vinculação direta com o gabinete do(a) Presidente. Em fases posteriores à criação do PLL, pode-se considerar a possibilidade de formalizar a estrutura responsável diretamente por coordenar as ações propostas, inclusive designando um responsável pela coordenação do mesmo.

Tenho de contratar funcionários para criar o PLL?

Não necessariamente. O município, CIM/AM pode convocar funcionários das suas próprias secretarias (departamentos) de Educação e Cultura, Inclusão e outros organismos afins, mas seria fundamental a participação de algum assessor com uma vinculação direta com o gabinete do(a) presidente.

Quem deve ser o responsável pelo PLL?

O município deve criar um Grupo de Trabalho do PLL composto por representantes das áreas de Educação e Cultura e demais parceiros e designar um responsável, que coordenará o Plano e será o seu representante junto ao Plano Nacional de Leitura ou outras instâncias superiores.

Preciso de recursos para criar o PLL?

Para o desenho do PLL é necessário mobilizar recursos humanos já existentes. Posteriormente à sua elaboração, será necessário destinar (ou redirecionar) recursos financeiros para que haja a concretização das ações propostas e para o alcance das metas definidas. Esses recursos podem ser os do município, CIM/AM, podem ser fundos de iniciativa privada ou pode recorrer-se a fundos europeus, no âmbito de programas regionais. Consultar os portais [candidaturas-prr - Recuperar Portugal](#); [Balcão dos Fundos \(balcaofundosue.pt\)](#); [ApoiosPT2030](#); [Portal de Dados Abertos dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento - Comissão Europeia | Dados | Fundos Europeus Estruturais e de Investimento \(europa.eu\)](#).

Até quando deve existir o PLL?

O PLL deve ser planeado para permanecer vigente no âmbito municipal ou intermunicipal sem prazo pré-fixado, assumido pelos sucessivos governos e pela sociedade civil como um património e compromisso de todos, independentemente de questões partidárias ou corporativistas. Deve prever mecanismos contínuos de avaliação das metas, dos programas e das ações desenvolvidos, para verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo ajustes, remodelações e atualizações no processo.

Como posso conseguir ajuda para a elaboração do PLL?

Pode contar com o apoio direto da equipa do Plano Nacional de Leitura, bem como do [Laboratório PNL \(LAB PNL\)](#).

Os projetos do PLL receberão recursos financeiros?

A responsabilidade financeira dos projetos do PLL é exclusiva de cada instituição promotora da ação, que deve viabilizar a realização do(s) seu(s) projeto(s) com recursos financeiros próprios e/ou de terceiros – No âmbito da Cultura - [Descubra oportunidades de financiamento para os setores culturais e criativos | Culture and Creativity \(europa.eu\)](#); No âmbito da Educação e de Coesão Territorial [Financiamento para as cidades \(europa.eu\)](#).

Planos locais de leitura

